

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	437.430.677
Preferenciais	0
Total	437.430.677
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.888.348	1.796.052
1.01	Ativo Circulante	28.753	22.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.226	7.426
1.01.03	Contas a Receber	9.040	8.877
1.01.03.01	Clientes	9.032	8.877
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8	0
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Realacionadas	8	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.297	2.232
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.297	2.232
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.077	3.885
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.113	115
1.01.08.03	Outros	1.113	115
1.01.08.03.01	Outros créditos	429	115
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	684	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.859.595	1.773.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.590	32.048
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.492	1.332
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	1.492	1.332
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.316	20.385
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.316	20.385
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	857	710
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.925	9.621
1.02.01.09.03	Déposito Judiciais	4.925	9.621
1.02.03	Imobilizado	3.444	2.760
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.444	2.760
1.02.04	Intangível	1.820.328	1.732.848
1.02.04.01	Intangíveis	1.820.328	1.732.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.820.328	1.732.848
1.02.05	Diferido	5.233	5.861

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.888.348	1.796.052
2.01	Passivo Circulante	288.109	275.868
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.866	6.101
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.866	6.101
2.01.02	Fornecedores	16.781	16.247
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.781	16.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.605	7.609
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.961	6.232
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	6.961	6.232
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.644	1.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.510	62.678
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	67.510	62.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.510	62.678
2.01.05	Outras Obrigações	172.130	162.306
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	157.261	148.428
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	8.026	3.108
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	149.235	145.320
2.01.05.02	Outros	14.869	13.878
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	10.616	9.076
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	399	379
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	3.854	4.423
2.01.06	Provisões	16.217	20.927
2.01.06.02	Outras Provisões	16.217	20.927
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	14.891	15.635
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	1.326	5.292
2.02	Passivo Não Circulante	904.949	909.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	617.247	629.586
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	617.247	629.586
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	617.247	629.586
2.02.02	Outras Obrigações	237.916	231.305
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	237.916	231.305
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	237.916	231.305
2.02.04	Provisões	49.786	48.805
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.569	15.977
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.569	15.977
2.02.04.02	Outras Provisões	36.217	32.828
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	36.217	32.828
2.03	Patrimônio Líquido	695.290	610.488
2.03.01	Capital Social Realizado	690.789	600.289
2.03.04	Reservas de Lucros	4.501	10.199

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	140.466	125.124
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-130.159	-112.755
3.03	Resultado Bruto	10.307	12.369
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.314	-3.654
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.340	-3.660
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.920	-3.298
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-420	-362
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26	6
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.993	8.715
3.06	Resultado Financeiro	-16.622	-14.685
3.06.01	Receitas Financeiras	809	868
3.06.01.01	Receitas Financeiras	809	868
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.431	-15.553
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-17.431	-15.553
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.629	-5.970
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.931	2.012
3.08.02	Diferido	2.931	2.012
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.698	-3.958
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.698	-3.958
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,01320	-0,01684
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,01320	-0,01684

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.698	-3.958
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.698	-3.958

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.309	15.241
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.711	23.643
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-5.698	-3.958
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	17.158	11.180
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.931	-2.012
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-41	-223
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	7.778	7.342
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	8.564	7.100
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	768	630
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	-1.783	534
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	1.896	3.050
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.749	-9.387
6.01.02.01	Contas a receber	-155	-618
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-8	44
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.052	-1.187
6.01.02.05	Depósitos judiciais	4.696	-102
6.01.02.06	Fornecedores	-2.356	-2.035
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	596	-486
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-156	-4.271
6.01.02.09	Obrigações sociais	765	580
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-5.685	-1.833
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-820	1.649
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-625	-26
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-13.949	-1.102
6.01.03	Outros	1.347	985
6.01.03.02	Despesas antecipadas	1.661	1.068
6.01.03.04	Outros créditos	-314	-83
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-83.405	-64.154
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-744	0
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-82.529	-65.608
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-979	-4.225
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	847	5.679
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	80.896	49.193
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-13.326	-20.807
6.03.14	Aumento de capital	90.500	70.000
6.03.15	Risco Sacado	3.722	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.800	280
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.426	10.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.226	10.652

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.500	0	0	0	0	90.500
5.04.01	Aumentos de Capital	90.500	0	0	0	0	90.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.698	0	-5.698
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.698	0	-5.698
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.698	5.698	0	0
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucro	0	0	-5.698	5.698	0	0
5.07	Saldos Finais	690.789	0	4.501	0	0	695.290

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	70.000	0	0	0	0	70.000
5.04.01	Aumentos de Capital	70.000	0	0	0	0	70.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.962	0	-3.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.962	0	-3.962
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.962	3.962	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-3.962	3.962	0	0
5.07	Saldos Finais	381.289	0	47.756	0	0	429.045

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	144.800	129.168
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.699	46.494
7.01.02	Outras Receitas	95.101	82.674
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	94.982	82.552
7.01.02.02	Outras	119	122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-108.366	-97.669
7.02.04	Outros	-108.366	-97.669
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-8.412	-8.112
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-94.982	-82.552
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-2.457	-1.936
7.02.04.04	Custos da Concessão	-1.645	-1.844
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-1.896	-3.050
7.02.04.06	Outros	1.026	-175
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.434	31.499
7.04	Retenções	-17.158	-11.180
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.158	-11.180
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.276	20.319
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.651	15.176
7.06.02	Receitas Financeiras	809	868
7.06.03	Outros	12.842	14.308
7.06.03.02	Juros Capitalizados	12.842	14.308
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	32.927	35.495
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	32.927	35.495
7.08.01	Pessoal	6.516	5.383
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.902	3.929
7.08.01.02	Benefícios	1.268	1.166
7.08.01.03	F.G.T.S.	346	288
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.486	2.026
7.08.02.01	Federais	-1.001	-298
7.08.02.03	Municipais	2.487	2.324
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.760	20.042
7.08.03.01	Juros	8.565	7.100
7.08.03.02	Aluguéis	454	255
7.08.03.03	Outras	8.741	12.687
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	7.756	9.648
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	985	3.039
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.698	-3.958
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.698	-3.958
7.08.05	Outros	12.863	12.002
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	12.863	12.002

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 12 de maio de 2017 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2017 (1T17), findo em 31 de março de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T17 o tráfego pedagiado foi de 10.324 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T16 o tráfego foi 5,8% inferior. Na comparação com o 4T16 houve uma redução de 0,9%. A redução em relação ao 1T16 e 4T16 se deve a desaceleração da economia e o desempenho da atividade econômica nacional e regional.

Receita Operacional Bruta

- No 1T17 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 144,7 milhões contra R\$ 132,2 milhões do 4T16 e R\$ 129,2 milhões do 1T16. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 6,9% em comparação ao mesmo período de 2016 (R\$ 49,7 milhões x R\$ 46,5 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2017. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um acréscimo de 15% em comparação a 2016 devido ao maior volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 9,6% em relação ao 1T16. O maior impacto desse aumento foram os Custo dos Serviços de Construção que ficou 15% acima do 1T16 (R\$ 95 milhões x R\$ 82,6 milhões), em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em compensação as despesas administrativas reduziram 60,5% devido a uma reversão de contingências que na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT R\$ 14,3 milhões. Também existiu uma redução de 37,8% nas provisões para manutenção de rodovia devido à postergação do prazo das obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 25,2 milhões no 1T17 com um aumento de 269,7% se comparamos aos R\$ 6,8 milhões apresentado no 4T16, comparado ao mesmo período do ano passado teve um aumento de 26,4%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 1T17 em R\$ 27 milhões, com aumento de 17,9% em relação ao 1T16 e aumento de

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

240,2% em relação ao 4T16. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos maiores custos registrados no período 4T16 podendo destacar a reversão de contingências que na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT R\$ 14,3 milhões.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 1T17 foi negativo em R\$ 16,6 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 1T16 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 14,7 milhões.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 1T17 um prejuízo de R\$ 5,7 milhões e no 1T16 de R\$ 4,0 milhões. O resultado está justificado principalmente pelos maiores custos registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T17 em R\$ 684,75 milhões, ante R\$ 695 milhões registrado no 1T16, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 1T17 em R\$ 671,5 milhões contra R\$ 684,4 milhões do 1T16 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 1T16, foram investidos R\$ 83,3 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
Fluminense	10.324	10.415	10.958	-0,9%	-5,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	144.774	132.220	129.162	9,5%	12,1%
Receitas de pedágio	49.699	46.771	46.494	6,3%	6,9%
Receitas de obras	94.982	84.291	82.552	12,7%	15,1%
Receitas acessórias	93	1.158	116	-92,0%	-19,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.308)	(4.744)	(4.038)	-9,2%	6,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	140.466	127.476	125.124	10,2%	12,3%
CUSTOS E DESPESAS	(115.315)	(120.672)	(105.229)	-4,4%	9,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e de	(16.144)	(17.039)	(15.994)	-5,3%	0,9%
Custo dos serv. de construção	(94.982)	(84.291)	(82.552)	12,7%	15,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depi	(1.293)	(16.268)	(3.277)	-92,1%	-60,5%
Remuneração da administração	(420)	(388)	(362)	8,2%	16,0%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.896)	(1.146)	(3.050)	65,4%	-37,8%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(580)	(1.540)	6	-62,3%	-9766,7%
EBITDA	25.151	6.804	19.895	269,7%	26,4%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>17,8%</i>	<i>5,3%</i>	<i>15,8%</i>		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(17.158)	(15.582)	(11.180)	10,1%	53,5%
Depreciação de imobilizado	(22)	(22)	(21)	0,0%	4,8%
Amortização do intangível	(16.502)	(14.926)	(10.525)	10,6%	56,8%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(634)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(16.622)	(17.940)	(14.685)	-7,3%	13,2%
Receitas financeiras	809	232	868	248,7%	-6,8%
Despesas financeiras	(17.431)	(18.172)	(15.553)	-4,1%	12,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRI	(8.629)	(26.718)	(5.970)	-67,7%	44,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO S	2.931	9.044	2.012	-67,6%	45,7%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	2.931	9.044	2.012	-67,6%	45,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.698)	(17.674)	(3.958)	-67,8%	44,0%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
EBITDA *	25.151	6.804	19.895	269,7%	26,4%
(*) Provisão para manutenção de rodovias	1.896	1.146	3.050	65,4%	-37,8%
EBITDA Ajustado *	27.047	7.950	22.945	240,2%	17,9%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Tax, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pela Lucra antes das Juras, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada na prática contábil e também não representa fluxo de caixa para o período apresentado, não devendo ser considerada como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade do indicador de liquidez. O EBITDA não tem significação padronizada e, portanto, não pode ser comparada ao EBITDA de outras companhias.

2) Cantidade ajustada referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense
S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre Findo
em 31 de Março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$259.356 (R\$253.333 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de março de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$41.974 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2017, o montante de R\$859.074 (R\$940.851 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$347.334 (R\$343.261 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2017 estas obras estão estimadas em R\$1.241.016.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$31.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.630	1.856
Aplicações financeiras (*)	<u>11.596</u>	<u>5.570</u>
Total	<u><u>13.226</u></u>	<u><u>7.426</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,46% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.456	7.211
Cartões de pedágio a receber	413	547
Receitas acessórias a receber	<u>1.163</u>	<u>1.119</u>
Total	<u><u>9.032</u></u>	<u><u>8.877</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.629)	(5.970)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	2.934	2.030
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(3)	(18)
Total	<u>2.931</u>	<u>2.012</u>
 Crédito contabilizado	 2.931	 2.012
 Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	2.931	2.012
	<u>2.931</u>	<u>2.012</u>

Notas Explicativas**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	43.876	36.974
Provisão de participação nos lucros	2.722	2.452
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	13.569	15.977
Outras provisões	1.238	1.129
Provisão para manutenção de rodovias	51.108	48.463
Amortização acumulada de obras futuras	4.220	3.949
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.661	3.640
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(108)	(105)
Base de cálculo ativa	120.286	112.479
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>40.897</u>	<u>38.243</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	7.381	6.561
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(72)	(64)
Base de cálculo passiva	(51.711)	(52.523)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(17.582)</u>	<u>(17.858)</u>
Base de cálculo	<u>68.575</u>	<u>59.956</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>23.316</u>	<u>20.385</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	3.701
2018	6.647
2019	5.616
2020	5.616
Após 2021	19.317
	<u>40.897</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 43% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2017 o saldo é de R\$1.492 (R\$1.332 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,58% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2017 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	4.611
Adições	8	123	-	6	607	744
Transferências/Reclassificações	-	-	41	-	-	41
Saldo em 31.03.2017	748	1.153	383	651	2.461	5.396
Depreciação acumulada						
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	(1.851)
Depreciações	(18)	(13)	(5)	(15)	(50)	(101)
Saldo em 31.03.2017	(374)	(416)	(22)	(439)	(701)	(1.952)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	2.760
Saldo em 31.03.2017	374	737	361	212	1.760	3.444
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	
Custo do imobilizado						
Saldo em 31.12.2015	617	985	22	594	1.418	3.636
Adições	-	-	-	-	34	34
Transferências / Reclassificações	-	13	-	-	(8)	5
Saldo em 31.03.2016	617	998	22	594	1.444	3.675
Depreciação acumulada						
Saldo em 31.12.2015	(294)	(360)	(9)	(365)	(496)	(1.524)
Depreciações	(15)	(10)	-	(15)	(37)	(77)
Saldo em 31.03.2016	(309)	(370)	(9)	(380)	(533)	(1.601)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31.12.2015	323	625	13	229	922	2.112
Saldo em 31.03.2016	308	628	13	214	911	2.074
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas**INTANGÍVEL**

A movimentação em 31 de março de 2017 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	30.459	4	73.487	-	103.950
Transferências/Reclassificações	(41)	-	-	-	(41)
Saldo em 31.03.2017	<u>1.223.115</u>	<u>2.106</u>	<u>758.975</u>	<u>1.205</u>	<u>1.985.401</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Adições	(16.406)	(23)	-	-	(16.429)
Saldo em 31.03.2017	<u>(164.520)</u>	<u>(553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(165.073)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 31.03.2017	1.058.595	1.553	758.975	1.205	1.820.328
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	798.267	1.181	739.930	142	1.539.520
Adições	-	-	98.170	-	98.170
Transferências / Reclassificações	19.423	-	(19.428)	-	(5)
Saldo em 31.03.2016	817.690	1.181	818.672	142	1.637.685
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(95.879)	(479)	-	-	(96.358)
Amortizações	(10.465)	(9)	-	-	(10.474)
Saldo em 31.03.2016	(106.344)	(488)	-	-	(106.832)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	702.388	702	739.930	142	1.443.162
Saldo em 31.03.2016	711.346	693	818.672	142	1.530.853
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016.

No período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$12.842 (R\$14.308 em 31 de março de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 5,90% ao ano e 5,70% ao ano em 2016.

Notas Explicativas

10. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(20.121)</u>	<u>(19.493)</u>
	<u>5.233</u>	<u>5.861</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	58.480	622.319	57.198	634.556
Risco sacado (b)	9.451	-	5.943	-
	<u>67.931</u>	<u>622.319</u>	<u>63.141</u>	<u>634.556</u>
<u>Moeda estrangeira</u>				
Custo de transação	(421)	(5.072)	(463)	(4.970)
	<u>67.510</u>	<u>617.247</u>	<u>62.678</u>	<u>629.586</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES - A	TJLP + 2,45% a.a.	nov/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	314.121	320.198
(a)	Real	BNDES - B e C	TJLP + 2,45% a.a.	out/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	366.678	371.556
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	mai/17	Aval acionista	9.451	5.943
						<u>690.250</u>	<u>697.697</u>

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$9.450 (R\$5.943 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	45.231
2019	64.748
2020	70.214
2021	76.141
A partir de 2022	<u>365.985</u>
	<u>622.319</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$16.781 (R\$16.247 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$10.616 (R\$9.076 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 31 de março de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção (a)	8	-
Total	<u>8</u>	<u>-</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	148.639	144.316
 <u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	596	1.004
 <u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	8.026	3.108
Total	<u>157.261</u>	<u>148.428</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	237.916	231.305
Total	<u>237.916</u>	<u>231.305</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	TRIMESTRE					
	31.03.2017			31.03.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(12.864)	(1.080)	-	(7.342)	(816)
Total	-	(12.864)	(1.080)	-	(7.342)	(816)

a) Refere-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas, com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

d) Decorrentes da 2ª, 3ª e 4ª emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2017, 03 de julho de 2017 e 19 de outubro de

Notas Explicativas

2017. Conforme nota explicativa nº 27 foi aprovada a prorrogação do prazo de vencimento da segunda emissão de debêntures para 10 de abril de 2019.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2017	CDI + 1,5% a.a.	72.004	19.748	72.004	17.109
03.07.2015	03.07.2017	CDI + 1,5% a.a.	12.000	2.925	12.000	2.491
19.10.2015	19.10.2017	CDI + 1,5% a.a.	35.000	6.925	35.000	5.712
			<u>119.004</u>	<u>29.598</u>	<u>119.004</u>	<u>25.312</u>

e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06/10/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.147	8.000	9.653
27/10/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	11.273	9.000	10.722
05/11/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.472	6.000	7.105
27/11/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.603	7.000	8.179
05/12/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.115	5.000	5.812
19/12/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.702	8.000	9.220
13/09/2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	8.971	18.000	8.201
20/12/2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.262	20.000	8.427
15/01/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	8.819	20.000	8.014
10/02/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	8.623	20.000	7.824
15/05/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	7.929	20.000	7.149
			<u>141.000</u>	<u>96.916</u>	<u>141.000</u>	<u>90.305</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade reconheceu, o montante de R\$222 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$198 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$420 (R\$362 em 31 de março de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.722 e R\$2.452.

Notas Explicativas

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2017</u>
Cíveis	1.584	211	-	(561)	1.234
Trabalhistas	84	43	-	(37)	90
Regulatórias (*)	14.309	166	(2.203)	(27)	12.245
Total	<u>15.977</u>	<u>420</u>	<u>(2.203)</u>	<u>(625)</u>	<u>13.569</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2016</u>
Cíveis	2.153	540	-	(23)	2.670
Trabalhistas	97	11	(17)	(3)	88
Total	<u>2.250</u>	<u>551</u>	<u>(17)</u>	<u>(26)</u>	<u>2.758</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de março de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$12.245 (R\$14.309 em

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2016). A reversão em relação a 31 de dezembro de 2016 refere-se ao Auto de Infração Regulatório nº 01205, arquivado em função do deferimento da defesa prévia apresentada pela concessionária.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.199 em 31 de março de 2017 (R\$959 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$4.925 em 31 de março de 2017 (R\$9.621 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828
Adições/Reversões (a)	-		1.896
Utilizações	(3.988)	-	-
Ajuste a valor presente	22		749
Transferências	-	(744)	744
Saldo em 31.03.2017	<u>1.326</u>	<u>14.891</u>	<u>36.217</u>

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	20.712	-	35.850
Adições	-	(4)	3.054
Utilizações	(1.322)	-	-
Ajuste a valor presente	81	-	549
Transferências	-	1.483	(1.483)
Saldo em 31.03.2016	<u>19.471</u>	<u>1.479</u>	<u>37.970</u>

Notas Explicativas

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2017 é de R\$692.289 (R\$676.289 em 31 de dezembro de 2016) integralizados pelo valor de R\$690.789 (R\$600.289 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 437.430.677 ações ordinárias e sem valor nominal (426.568.491 em 31 de dezembro de 2016).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016	(*) AGE	Dinheiro			74.500
20.02.2017	AGE	Dinheiro	10.862.186	16.000	16.000
			<u>10.862.186</u>	<u>16.000</u>	<u>90.500</u>

(*) No decorrer do período findo em 31 de março 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20.07.2016 no montante de R\$ 74,5 milhões.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita de serviços prestados	49.699	46.494
Receita de serviços de construção	94.982	82.552
Outras receitas	93	116
	<u>144.774</u>	<u>129.162</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita bruta	144.774	129.162
ISSQN	(2.480)	(2.325)
PIS	(325)	(304)
COFINS	(1.501)	(1.409)
Outras deduções	(2)	-
Receita líquida	<u>140.466</u>	<u>125.124</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.942)	(1.090)
Serviços de terceiros	(253)	(427)
Manutenção de bens e conservação	(241)	(140)
Depreciação / Amortização	(21)	(21)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.783	(534)
Comunicação e marketing	(174)	(126)
Seguros/Garantias	(2)	(2)
Consumo	(385)	(382)
Transportes	(79)	(81)
Outros	(606)	(495)
Total	<u>(1.920)</u>	<u>(3.298)</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(94.982)	(82.552)
Com pessoal	(4.153)	(3.930)
Serviços de terceiros	(5.147)	(4.762)
Conservação	(3.315)	(3.494)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(191)	(195)
Consumo	(894)	(935)
Transportes	(710)	(665)
Verba de fiscalização	(1.176)	(1.098)
Seguros / Garantias	(465)	(546)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.896)	(3.050)
Depreciação / Amortização	(17.137)	(11.159)
Outros	(93)	(369)
Total	<u>(130.159)</u>	<u>(112.755)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	213	480
Outras receitas	596	388
Total	<u>809</u>	<u>868</u>

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(16.342)	(14.442)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(768)	(630)
Outras despesas	(321)	(481)
Total	<u>(17.431)</u>	<u>(15.553)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Notas Explicativas

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	31.566	31.957
Juros capitalizados	12.842	14.308
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(22.987)	(13.669)

21. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(5.698)	(3.958)
Número de ações durante período	431.034	234.966
Prejuízo por ação	<u>(0,0132)</u>	<u>(0,0168)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	1.630	-	-	1.856	-
Partes relacionadas	Nível 2	8	-	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	9.032	-	-	8.877	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1.492	-	-	1.332	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	429	-	-	115	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	-	27.397	-	-	25.323
Risco sacado	Nível 2	-	-	9.451	-	-	5.943
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	680.799	-	-	691.754
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	395.177	-	-	379.733
Credores pela concessão	Nível 2	-	-	3.854	-	-	4.423
		<u>10.961</u>	<u>1.630</u>	<u>1.116.678</u>	<u>10.324</u>	<u>1.856</u>	<u>1.107.176</u>

Notas Explicativas

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Notas Explicativas

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(22.773)	(28.451)	(34.122)
Receita de aplicações financeiras	890	1.112	1.335
Juros a incorrer líquido(*)	(21.883)	(27.339)	(32.787)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(47.933)	(59.916)	(71.899)
Juros a incorrer líquido(*)	(47.933)	(59.916)	(71.899)
Juros a incorrer (*)	<u>(69.816)</u>	<u>(87.255)</u>	<u>(104.686)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$7.456 (R\$7.211 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
BNDES Automático	7,72%	81.969	109.292	109.292	109.292	542.015	951.860
		81.969	109.292	109.292	109.292	542.015	951.860

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	Total
BNDES Automático	7,72%	27.323	27.323	27.323	27.323	109.292
		27.323	27.323	27.323	27.323	109.292

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	79.535

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$6.923.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$116.000, mediante a emissão de 73.001.888 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que será integralizado em até seis meses.

Em 18 de abril de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a prorrogação do prazo de vencimento da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia, de 10 de abril de 2017, conforme previsto na Cláusula 4.7.1 do Instrumento Particular de Escritura de Emissão das Debêntures Segunda Emissão, para 10 de abril de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2017 findo em 31 de março de 2017.

São Gonçalo-RJ, 12 de maio de 2017.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

São Gonçalo-RJ, 12 de maio de 2017.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente